dos autos, recomendando a necessidade de seu comparecimento à sede do ITERPA, na Secretaria do DJ, de segunda a sexta - feira, no horário de 09:00 as 14:00 horas, para tomar ciência e receber as instruções cabíveis, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da presente notificação, conforme o § 4º, art. 8º da Instrução Normativa do ITERPA nº 02/2007. Após o decurso do prazo assinalado os autos serão arquivados.

PROC. Nº	INTERESSADO	ASSUNTO	MUNICÍPIO
2010/44503	EIGUISMAR MENDES RIBRIERO	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	SÃO FELIZ DO XINGU
2010/9144	JOSÉ PADUA DOS SANTOS	REGULARIZAÇÃO FUNFIÁRIA	SÃO FELIX DO XINGU
2010/9897	JOSE GOMES DA SILVA	RGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	SÃO FELIX DO XINGU

Em, 15.09.2020
Bruno Yoheiji Kono Ramos
Presidente ITERPA

Protocolo: 580043

ressarcimento de prejuízos durante período superior, em razão da limitação imposta pelo art. 125 da Lei Estadual nº 5.810/94, estendendo-se, neste caso, até o final do parcelamento.

Art.7º - O ajustamento de conduta será automaticamente revogado se, no curso de seu prazo, o servidor descumprir as condicionantes estabelecidas no respectivo termo, bem como vier a ser processado por outra falta disciplinar, prosseguindo-se, nesses casos, os procedimentos disciplinares cabíveis.

Art.8º - O termo de ajustamento de conduta não será publicado nem registrado em ficha funcional, ficando arquivado no respectivo processo junto à Corregedoria.

Art.9º - Compete à Corregedoria adotar as medidas necessárias para a consecução desta Portaria.

Parágrafo Único: A Procuradoria Jurídica caberá análise subsunção da conduta aos requisitos dispostos nesta Portaria.

Art.10º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
JAMIR JUNIOR PARAGUASSÚ MACEDO - Diretor-Geral - ADEPARÁ

Protocolo: 580066

PORTARIA Nº 2761/2020- ADEPARÁ, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020
O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ-ADEPARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, da Lei Estadual 6.482 de 17 de setembro de 2002. CONSIDERANDO o Laudo Médico Nº 61834/2020 de 20/08/2020 que concedeu Readaptação Funcional Provisória e o que determina o Art. 49, da lei nº 5.810/94, que trata do INSTITUTO DA REMOÇÃO.

R E S O L V E:
REMOVER a servidora DEBORA PAULA SANTOS MARCELINO, matrícula nº 54197410/1, ocupante do cargo de Fiscal Estadual Agropecuário, da Gerência Regional de Paragominas/ULSA de Paragominas para a GEDA, a contar de 20/08/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO
Diretor Geral

Protocolo: 580332

LICENÇA PRÊMIO

INCLUSÃO LICENÇA PRÊMIO
Portaria nº2610, de 26/08/20, DOE 34328 de 28/08/20

PAE 2020669961
Servidor: EVERALDO LUIS MARTINS CHAVES
Matricula: 54185731/1
Triênio: 2016/2019
Período de Gozo: 08/09/20 A 07/10/20
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
MARIA JOSE SANTOS MELO DA SILVA
Gerente de Área de Gestão de Pessoas, em exercício
ALEX FABIANO DE ALMEIDA HAGE
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 580035

DIÁRIA

Portaria: 3002/2020 Objetivo: Realizar levantamento documental para contribuir "no processo da Prestação de Contas dos Recursos Estaduais Anual Exercício 2020". Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: CAPITÃO POÇO/PA Servidor: 5956111/DANIELE PATRICIA SILVA E SILVA (COORDENADOR (A) DO CONTROLE INTERNO) / 3,5 DIÁRIAS / 15/09/2020 a 18/09/2020. Ordenador: ALEX FABIANO DE ALMEIDA HAGE

Protocolo: 580160

Portaria: 2990/2020 Objetivo: Realizar atendimento aos produtores rurais na ULSA de Eldorado do Carajás. Origem: MARABÁ/PA Destino: EL-DORADO DOS CARAJÁS/PA Servidor: 5861748/JAKSCELINA GOMES MARTINS (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 4,5 DIÁRIAS / 21/09/2020 a 25/09/2020. Ordenador: ALEX FABIANO DE ALMEIDA HAGE

Protocolo: 579904

Portaria: 2998/2020 Objetivo: Realizar supervisão técnica do programa fitossanitário da cultura da Soja, abacaxi e pimenta-do-reino. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: CAPANEMA, NOVA TIMBOTEUA, PEIXE-BOI, SALINÓPOLIS, TRACUATEUA/PA Servidor: 54185728/MARIA ALICE ALVES THOMAZ LISBOA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 28/09/2020 a 02/10/2020. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL

Protocolo: 579922

Portaria: 2991/2020 Objetivo: Realizar atendimento aos produtores rurais na ULSA de Eldorado do Carajás. Origem: MARABÁ/PA Destino: EL-DORADO DOS CARAJÁS/PA Servidor: 5861748/JAKSCELINA GOMES MARTINS (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 4,5 DIÁRIAS / 05/10/2020 a 09/10/2020. Ordenador: ALEX FABIANO DE ALMEIDA HAGE

Protocolo: 579906

Portaria: 2987/2020 Objetivo: Fiscalizar e Cadastrar Revendas Agropecuárias. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: SANTA IZABEL DO PARÁ/PA Destino: BENEVIDES/PA Servidor: 54187465/MARILIA FERNANDES DE SOUSA (AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO) / 0,5 DIÁRIA / 18/09/2020 a 18/09/2020. Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA

Protocolo: 579899

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 041/2020-NGPR/HR BELÉM, 15 DE SETEMBRO DE 2020.

O GERENTE EXECUTIVO DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL - NGPR, no exercício de suas atribuições legais, estabelecida na Lei Estadual nº 6.797, de 16 de novembro de 2005 e Decreto/CCG de 08/01/2019, publicado no DOE nº. 33.776, de 09/01/2019, de acordo com o processo nº 2020/648773.

RESOLVE: CONCEDER 4,5 (quatro e meia) diárias, aos servidores Aarão Petter (CPF: 043.929.124-00; Matrícula: 5903253-2), João Paulo Alves Barroso (CPF: 011.066.552-06; Matrícula: 5945751/1), e Francisco Fabricio Glins de Araújo (CPF:843.989.902-59, Matrícula:5723167/4), para custear as despesas com viagem aos municípios de Santarém/PA, Alenquer/PA e Monte Alegre/PA, no período de 21 à 25 de Setembro de 2020, Tendo como justificativa reunião com as Secretarias de Agricultura dos municípios supracitados.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
FELIPE COELHO PICANÇO
Gerente Executivo - NGPR
MAT - 5945755-1

Protocolo: 579939

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº2965/2020 - ADEPARÁ DE 14 DE SETEMBRO DE 2020
O Diretor da AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe os artigos 199, 204, 205 e 211 da Lei 5.810/94.

Art.1º - Estabelecer a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre esta Autarquia e o servidor investigado por práticas de condutas e atos que, em investigações preliminares ou no decorrer da instrução de processos administrativos, se revelem de menor potencial ofensivo à lei, aos regulamentos, ao erário e aos princípios da Administração Pública.

Parágrafo Único: O ajustamento de conduta visa, como medida disciplinar alternativa à instauração de procedimento disciplinar e de punição, à reeducação do servidor, e este, ao firmar o respectivo termo, deve estar ciente de todos os deveres e proibições, comprometendo-se a observá-los em seu exercício funcional.

Art.2º - Consideram-se práticas infracionais de menor potencial ofensivo aquelas condutas apenadas com repreensão e suspensão por até 30 dias.

Art.3º - Poderá celebrar o TAC o servidor compromissário, cuja conduta atenda ao disposto no artigo anterior, bem como aos seguintes requisitos:
I - Ilibado histórico funcional;

II - Não tenha sido beneficiado por TAC nos últimos 2 (dois) anos;

III - Obrigue-se a cumprir as determinações estabelecidas no próprio TAC.

Art.4º - Em caso de prejuízo de ordem patrimonial, o servidor, além de firmar compromisso de ajuste de conduta, deverá obrigá-lo a ressarcir o bem público danificado ou indenizar à Autarquia em valor correspondente ao dano, respeitado o percentual de comprometimento previsto no art. 125 da Lei Estadual nº 5.810/94.

Art.5º - O prazo de duração do acompanhamento do TAC será determinado conforme a natureza e gravidade da infração, não podendo ser superior a 2 (dois) anos.

Art.6º - A aferição do cumprimento integral das obrigações assumidas deverá observar o prazo estabelecido no artigo anterior, com exceção das infrações que impliquem